

Mondopass S.A.

CNPJ nº 22.162.569/0001-96

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)					Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)					
Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020		2021	2020	2021	2020
Ativo circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.308	11	100.355	74.941					
Aplicações financeiras	7	-	-	13.399	17.349					
Caixa restrito	18.2	-	-	33.872	36.000					
Contas a receber	8	-	-	13.185	11.058					
Impostos a recuperar		208	208	2.773	2.191					
Dividendos a receber	11	-	10.409	-	-					
Despesas antecipadas	10	14	20	1.420	1.989					
Outros créditos	9	19	720	8.924	15.946					
Estoque		-	-	40	51					
Total ativo circulante		1.549	11.368	173.968	159.525					
Ativo não circulante										
Partes relacionadas	11	-	-	16	-					
Impostos diferidos	26	-	-	1.107	2.132					
Depósitos judiciais		-	-	5	5					
Propriedade para investimento	12	-	-	2.870	2.870					
Investimentos	5	78.763	66.891	-	-					
Imobilizado	13	-	-	47.547	8.488					
Intangível	14	-	-	106.778	83.710					
Total ativo não circulante		78.763	66.891	158.323	97.205					
Total do ativo		80.312	78.259	332.291	256.730					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras										
Passivo e patrimônio líquido										
Passivo circulante										
Bilhetagem eletrônica - Venda de créditos	15	-	-	61.865	32.397					
Fornecedores	16	61	(206)	38.543	23.476					
Obrigações tributárias e trabalhistas	17	4	(24)	9.426	8.568					
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	23.980	22.721					
Arrendamentos	19	-	-	5.899	2.755					
Contas a pagar por aquisição de investimentos		1.042	-	1.042	1.421					
Adiantamento de clientes	20	-	-	2.608	-					
Outras contas a pagar		-	-	495	-					
Dividendos a pagar	22.c	8.656	9.572	8.656	9.937					
Partes relacionadas	11	466	8.930	-	-					
Total do passivo circulante		10.229	18.272	152.514	101.275					
Passivo não circulante										
Fornecedores	16	-	-	11.114	-					
Obrigações tributárias e trabalhistas	17	-	-	96	-					
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	69.224	90.807					
Arrendamentos	19	-	-	7.653	2.381					
Adiantamento de clientes	20	-	-	18.640	-					
Provisão de Demandas Judiciais	21	-	-	2.967	2.280					
Outras contas a pagar		-	-	2.000	-					
Impostos diferidos	26	-	-	-	-					
Total do passivo não circulante				2.000	109.694					97.468
Patrimônio líquido										
Capital social	22.a	37.037	7.437	37.037	7.437					
Reserva de lucros	22	33.046	50.550	33.046	50.550					
Reserva de lucros		70.083	57.987	70.083	57.987					
Total do passivo e patrimônio líquido		80.312	78.259	332.291	256.730					

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	Notas	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal		
Lucro líquido do exercício		7.437	-	-	7.437
Transferência para reserva de lucros	22.d	-	-	2.974	(2.974)
Outros ajustes		-	-	1	1
Saldo em 31 de dezembro de 2020		7.437	1.500	46.837	57.987
Prejuízo do exercício		-	-	(17.504)	(17.504)
Compensação de prejuízos com reserva de lucros	22.d	-	-	17.504	17.504
Aumento de capital social	22.a	29.600	-	-	29.600
Saldo em 31 de dezembro de 2021		37.037	1.500	29.333	70.083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional: A Mondopass S.A. ("Grupo" ou "Controladora") é uma sociedade de participações (holding) que detém, como seu principal ativo, 100% das ações de emissão da Autopass S.A., sociedade anônima dedicada às atividades de gestão operacional e financeira de sistema de bilhetagem eletrônica, cadastramento dos clientes, emissão dos cartões, captura e processamento eletrônico das respectivas transações, liquidação financeira/clearing, entre outros negócios. Em fevereiro de 2020, a Mondopass adquiriu 100% das cotas da empresa Via Nova Serviços Ltda., empresa limitada cuja atividade é a intermediação de aquisição de benefícios, tais como vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, entre outros. Fundada em 1996, a empresa é líder na Administração de benefícios e gestão de pessoas com atendimento em todo o território nacional. O sistema de bilhetagem da Controladora Autopass S.A. ("Autopass" ou "Controlada") atende às empresas CMT, Companhia do Metrô de São Paulo (METRO), Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), o transporte municipal da Prefeitura de Itapetecira da Serra (entre outras redes de transportes municipais). A rede de vendas da Companhia está entre as dez maiores prestadoras de serviços de vendas de créditos de bilhete único para a São Paulo Transporte (SPTTRANS). As operações da Companhia são reflexo substancial do Contrato de Prestação de Serviços, Locação de Equipamentos e Outras Avencas firmado com o CMT em 27 de outubro de 2015 (com aditivo firmado em 2 de janeiro de 2018), com prazo de vigência indeterminado. Em 24 de abril de 2020, a controlada Autopass, firmou contrato de prestação de serviços com a Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo (ABASP) para implantar, operar, manter e ampliar a Bilhetagem Eletrônica da ABASP em benefício de suas associadas, pelo prazo de 20 anos, se tornando o principal contrato da Companhia. Decorrente a este contrato celebrado com a ABASP, nasceu o Projeto TOP. Este projeto foi dividido em 2 fases. A primeira fase, QR Code, foi a implementação e comercialização do Sistema de Bilhetagem, bilhetes unitários com a tecnologia QR Code em substituição aos bilhetes em papel edmonson. A segunda fase, Cartão TOP, foi a substituição do cartão BOM para o cartão múltiplo TOP. O cartão TOP é dotado de características e tecnologias que possibilita sua utilização no sistema de bilhetagem e acesso a serviços financeiros, pois oferece através de uma conta digital, um cartão com a bandeira Mastercard nas funções de débito e crédito. Os serviços prestados pela controlada Via Nova Serviços Ltda. ("Via Nova" ou "Controlada") incluem a gestão de benefícios de vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e demais benefícios comumente geridos pela área de recursos humanos das empresas clientes. Entre os já citados, encontram-se ainda cartão combustível, cartão múltiplo, seguro de vida e microseguros. **1.1 Combinação de negócios:** Em 26 de fevereiro de 2020, a Companhia adquiriu 100% das quotas representativas do capital da empresa Via Nova Serviços Ltda. O valor da aquisição foi de R\$ 6.800, e a primeira parte desse pagamento ocorreu aos sócios da Companhia no mês de fevereiro de 2020, no valor de R\$ 4.800. Em 2021 foi paga a parcela de R\$ 1.023 e o valor remanescente atualizado a ser pago em fevereiro de 2022 é de R\$ 1.042. O Grupo concordou em pagar aos acionistas vendedores um valor adicional de R\$ 1 a R\$ 3.000 dentro de um prazo de três a dois anos, caso o Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA) acumulado da Entidade adquirida, nos próximos três anos, exceda R\$ 17.410. Nos ativos e passivos identificáveis adquiridos da Via Nova estão incluídos *inputs* (ativos fixos, *softwares*, marcas e relacionamentos com clientes) e força de trabalho organizada. A Companhia determinou que, juntos, os *inputs* e processos adquiridos contribuíram significativamente para a capacidade de gerar receita (outputs). A Companhia concluiu que o conjunto adquirido é um negócio. A aquisição de controle da Via Nova permitirá ao Grupo ampliar a prestação de serviço por meio do acesso à operação da Via Nova. Espera-se que a aquisição possibilitará ao Grupo maior participação no mercado de intermediação de venda de benefícios, através do acesso à base de clientes da Via Nova. Nos dez meses findos em 31 de dezembro de 2020, a Via Nova contribuiu com uma receita de R\$ 5.257 e lucro de R\$ 1.016 às demonstrações financeiras consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2020, a Administração estima que a receita consolidada seria de R\$ 5.833 e o lucro líquido consolidado seria de R\$ 924. Para a determinação desses montantes, a Administração considerou que os ajustes de valor justo, determinados provisoriamente na data de aquisição, teriam sido os mesmos caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2020.

a. Informações financeiras da entidade adquirida:

Descrição	Valor total dos ativos e passivos adquiridos
Caixa e equivalentes de caixa	23
Duplicatas a receber	947
Outros créditos	1.020
Créditos de impostos	43
Imobilizado	92
Fornecedores	(64)
Empréstimos de terceiros	(600)
Obrigações trabalhistas e sociais	(425)
	1.037
Valor pago a maior	5.742
Contraprestação a ser paga	2.000
Preço total de compra em caixa (*)	4.800
Ativos líquidos a valor contábil	(1.037)
Outros ajustes	(21)
Caixa pago pela obtenção do controle (**)	3.742

(*) Valor pago integralmente até 31 de dezembro de 2020 pela controladora para os vendedores e apresentado nas demonstrações individuais dos fluxos de caixa. (**) Valor pago integralmente até 31 de dezembro de 2020 pela controladora para os vendedores e apresentado nas demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa líquido do valor de acervo líquido oriundo da empresa adquirida.

b. Aquisição do valor justo dos ativos e passivos adquiridos:

Empresas controladas	Via Nova Serviços Ltda.
Percentual de participação	100%
Ativo circulante	2.035
Passivo circulante	(1.090)
Capital circulante líquido	945
Imobilizado e depósitos judiciais	4,385
Ajuste a valor justo	9,25
Ativos e passivos a valor justo	5,422
Contraprestação transferida	6,800
Ágio por rentabilidade futura	1,378

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação	Vida útil
Para a estimativa do valor justo do <i>software</i> foi adotada a metodologia denominada "Cost Approach", que considera o custo de reposição para um ativo novo com ajustes por deterioração (tais como obsolescência econômica e funcional). O método de avaliação indicou que o valor justo para o <i>software</i> era de R\$ 377. Este montante está sendo apresentado no grupo de investimentos na controladora e no grupo de intangível no consolidado.		2,5 anos
O método utilizado para a avaliação da Marca VIA NOVA é conhecido como "Relief from Royalty" e faz parte da metodologia do Income Approach. O laudo definitivo atribuiu o valor de R\$ 1.250 para essa natureza. Esse montante está sendo apresentado no grupo de investimentos na controladora e no grupo de intangível no consolidado.		16,9 anos

A estimativa do valor justo da Carteira de Clientes adquirida da **VIA NOVA** foi realizada através da aplicação da metodologia Income Approach em sua forma conhecida como Excess Earnings Method. No Excess Earnings Method, o valor justo é estimado através do valor presente dos benefícios gerados por se deter a propriedade desse ativo intangível considerando o retorno exigido sobre o investimento nos ativos que contribuem (*contributory assets*), necessários à realização desses benefícios. Uma vez aplicada a metodologia, o Grupo concluiu que o valor da Carteira de Clientes da **VIA NOVA**, incluindo o benefício fiscal da amortização, é de R\$ 2.596. Esse montante está sendo apresentado no grupo de investimentos na controladora e no grupo de intangível no consolidado.

No Acordo de Não Competitividade, incluído no contrato de compra e venda firmado entre as partes, é indicado que os vendedores se comprometem a se abster de participar no mesmo mercado e concorrendo com a **VIA NOVA** por cinco anos contados da data de aquisição, após o qual os vendedores já estariam aptos a atuar em um mercado concorrente. O valor justo de um Acordo de Não Competitividade resulta da expectativa de prejuízos econômicos para o negócio como consequência de eventual competição que os vendedores estão sendo especificamente impedidos através de um acordo de não competitividade. O valor justo do Acordo de Não Competitividade foi estimado em R\$ 162. Esse montante está sendo apresentado no grupo de investimentos na controladora e no grupo de intangível no consolidado.

5 anos

d. Custos de aquisição: O Grupo incurriu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 200 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como "Despesas administrativas" na demonstração de resultado.

e. Ágio: O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida	6.800
Valor contábil dos ativos líquidos identificáveis na data da aquisição	1.037
Valor justo dos ativos mais-valia	4.385
Ágio	1.378

A avaliação a valor justo da participação preexistente de 100% na entidade adquirida resultou em um ágio de R\$ 1.378 (R\$ 6.800 menos R\$ 1.037 referente ao valor contábil do investimento avaliado pela equivalência patrimonial na data de aquisição, menos R\$ 4.385 referente à avaliação de mais-valia de ativos). O ágio é atribuído principalmente às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho da Via Nova e às sinergias esperadas na integração da entidade ao negócio existente de papel-padrão do Grupo. Até 31 de dezembro de 2021, encerrado o período de mensuração de 1 ano conforme CPC 15 - Combinação de negócios, a Companhia não identificou a necessidade de ajustes na apuração inicial desse ágio. **1.2 Impactos COVID-19:** O Grupo está domiciliado no Brasil e dedica-se, preponderantemente, à gestão de bilhetagem eletrônica de transporte público. Seus negócios foram impactados pela pandemia de COVID-19 e pelas medidas adotadas pelo governo para mitigar a disseminação da doença, com efeito negativo no desempenho financeiro das controladas durante os anos de 2020 e 2021. Apesar da redução das medidas restritas para mitigar a propagação do vírus, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 17.411 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (lucro de R\$ 2.974 em 31 de dezembro de 2020). Nesse exercício foi realizado o lançamento do projeto TOP e com isso os custos operacionais do Grupo foram elevados, passando de R\$ 50.500 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 88.694 em 31 de dezembro de 2021. No entanto, devido à queda da demanda em consequência dos impactos da pandemia, como citado acima, a receita líquida não retornou aos patamares pré-pandemia, obtendo aumento de 21%, passando de R\$ 106.059 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 128.693 em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante do Grupo excedeu o passivo circulante em R\$ 21.547 (R\$ 58.250 em 31 de dezembro de 2020). O Grupo possui R\$ 100.355 em recursos compreendendo caixa e equivalentes de caixa e outros ativos de alta liquidez. Com a pandemia ainda em curso e com lançamento de projetos inovadores (QR Code e TOP) o Grupo apresentou durante o ano de 2021 uma necessidade de caixa. Diante disso, os acionistas da Mondopass reforçaram o compromisso com a Companhia, aportando R\$ 29.600 de capital social. Para fazer frente a essa necessidade e dar continuidade em suas atividades, Outro ponto relevante para o

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas		Política de reconhecimento da receita
	31/12/2020	31/12/2020	
(a) Taxa de conveniência pelas vendas de créditos vale-transporte às empresas.	Receita proveniente dos pedidos realizados no site da Autopass, no qual é efetuado a cobrança de taxa de credenciamento/administrativa, pelo serviço de recarga e gerenciamento de créditos de vale-transporte.	Receita proveniente dos pedidos realizados no site da Autopass, no qual é efetuado a cobrança de taxa de credenciamento/administrativa, pelo serviço de recarga e gerenciamento de créditos de vale-transporte.	Reconhecimento mediante a liberação do pedido de vale-transporte e pagamento do boleto, em que há a emissão de NFS-e simultaneamente de maneira automática.
(b) Taxa de administração e gerenciamento de vendas de créditos eletrônicos para empresas intermunicipais;	Receitas provenientes da taxa de utilização do cartão intermunicipal nos ônibus municipais e intermunicipais de créditos de vale-transporte.	Receitas provenientes da taxa de utilização do cartão intermunicipal nos ônibus municipais e intermunicipais de créditos de vale-transporte.	Reconhecimento ocorre por meio da utilização do usuário do crédito de vale-transporte que é chamada de "catracada".
(d) Receita oriunda do credenciamento junto à SPTTRANS;	Receita de comissão sobre a venda de crédito "Bilhete Único", no qual a Autopass é Credenciada.	Receita de comissão sobre a venda de crédito "Bilhete Único", no qual a Autopass é Credenciada.	Reconhecimento mensal, pelo mapeamento de toda venda efetuada em que a cobrança de uma taxa de comissão.
(e) Prestação de serviços cobrados na emissão da 2ª via dos cartões eletrônicos;	A operação de taxa 2ª via, refere-se à cobrança ao cliente pela emissão de um novo cartão nos pontos de atendimento, por motivo de perda, ou furto.	A operação de taxa 2ª via, refere-se à cobrança ao cliente pela emissão de um novo cartão nos pontos de atendimento, por motivo de perda, ou furto.	Ocorre o reconhecimento, por meio da entrega do cartão e pagamento do boleto pelo usuário.
(f) Tarifa na entrega do cartão domiciliar.	Receita pela cobrança ao cliente pela entrega do cartão emitido, no domicílio do usuário.	Receita pela cobrança ao cliente pela entrega do cartão emitido, no domicílio do usuário.	Ocorre o reconhecimento, por meio da entrega do cartão e pagamento do boleto pelo usuário.
(g) Receita oriunda contrato de prestação de serviços Consórcio Metropolitan.	Receita referente aos contratos intermunicipais do CMT com as operadoras de ônibus, no qual recebe % sobre o total transportado.	Receita referente aos contratos intermunicipais do CMT com as operadoras de ônibus, no qual recebe % sobre o total transportado.	Reconhecimento, por meio do fechamento mensal do total de passageiros transportados, em que a aplicação de % (no qual prevê os custos inerentes na prestação de serviços).

3.3 Instrumentos financeiros: a. Instrumentos financeiros: Ativos financeiros: (i) Reconhecimento inicial e mensuração: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuídos à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequentes:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a Valor Justo por meio do Resultado (VJR), (ii) a custo amortizado, ou (iii) a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), conforme a situação. A classificação dos ativos financeiros, segundo o CPC 48, é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras e outras contas a receber. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em data específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingir tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em data específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenderia aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos. • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo. • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados. • Como os gerentes do negócio são remunerados, por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos. • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências

de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • Pré-pagamento e prorrogação do prazo; • Termos que limitem o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Em dezembro de 2020, o Grupo classificou os ativos financeiros na categoria de custo amortizado. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **Instrumentos de dívida a VJORA** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **Instrumentos patrimoniais a VJORA** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do

continuação Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mondopass S.A. (Em milhares de Reais)

quando incorridos. • Passivos financeiros a custo amortizado: após reconhecimento inicial, extrínsecos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante, a substituição é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **Instrumentos financeiros - Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixas, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata (em até 90 dias) em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrados no resultado do exercício. **3.5 Ativo imobilizado; (I) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de aquisição, deduções de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **(Impairment) (II) Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos. **(III) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados quando o Grupo identifica mudanças no ambiente em que opera e ajustados de forma prospectiva, quando necessário. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são as seguintes:

Ativo imobilizado	Vidas úteis estimadas
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Instalações	5 a 10
Máquinas e equipamentos	5 a 10
Equipamentos de informática	5
Benefetórias em bens de terceiros	2 a 5

3.6 Ativo intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente mensurados pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Inclui os direitos de uso de software adquiridos de terceiros e projetos de desenvolvimento de novas tecnologias. A vida útil dos ativos intangíveis foi avaliada pelo grupo como definida. **A Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando o custo de desenvolvimento puder ser mensurado de maneira confiável, ser produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia e suas controladas tiverem a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização de um ativo intangível de vida útil definida são revisados sempre que houver indicação de mudanças na vida útil desse ativo. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **B. Taxas de amortização:** Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos intangíveis foram amortizados de forma linear à taxa anual, como segue:

Ativo imobilizado	Vidas úteis estimadas
Licenças de software	5

C. Aço: O aço é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **(I) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ação gerada internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os métodos de amortização e vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **(II) Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida ao resultado. O aço não é amortizado. **3.7 Redução ao valor recuperável (Impairment):** O Grupo revisa anualmente o valor recuperável de seus ativos financeiros, e quando a existência de indicadores da perda, o valor recuperável desses ativos. Se o valor recuperável de um ativo for inferior ao seu valor contábil, uma perda no montante dessa diferença é reconhecida no resultado daquele período. Para testes de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, os ativos são agrupados na menor unidade possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (UGC). O valor recuperável das UGCs corresponde ao seu valor justo. A determinação das UGCs tem como base, principalmente, o fato de ser a menor unidade com monitoramento para fins gerenciais. Para avaliar o valor em uso, o Grupo considera projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas de mercado, demanda e condições econômicas. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes por meio de taxa de desconto. Para ativos que não goodwill, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido auferido, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.8 Propriedade para investimento:** A propriedade para investimento é representada por imóvel em construção mantido para vendas negociações. A propriedade para investimento é reconhecida pelo valor de custo. **3.9 Estoques:** Os estoques devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. **3.10 Bilhetagem eletrônica - Vendas de créditos:** Através de rede de vendas, própria e terceirizada, as controladas efetuam a captação de valores para utilização no transporte público. As transações de saldos de bilhetagem eletrônica são apresentadas de forma líquida nas demonstrações financeiras e referem-se a saldos a pagar e a receber operacionais das empresas de transportes coletivos, conforme contratos firmados entre as partes para gestão do sistema de vendas de créditos eletrônicos bilhetagem e remissão. Os saldos a receber de redes de vendas e parceiros são relacionados às vendas de créditos eletrônicos registrados pelo valor adquirido, líquidos das taxas de Administração. As controladas adotam procedimentos e análises para estabelecer limites de crédito e, substancialmente, exigem garantias reais de seus parceiros e rede de vendas. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, incluindo contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e os títulos são reclassificados para o não circulante, sendo registrada uma perda estimada com créditos em contrapartida às despesas com vendas na demonstração de resultado. Transações pendentes de repasse referem-se aos valores das vendas de créditos eletrônicos de passageiros para transporte coletivo realizadas pela rede de vendas e parceiros. Os prazos de recebimento de parceiros e rede de vendas são inferiores a sete dias úteis. **3.11 Provisões para demandas judiciais:** As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido é a melhor estimativa de melhor provável das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais, como resultado de acontecimentos passados, é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis. **3.12 Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e suas controladas e seu custo puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se pretende realizá-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se pretende realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como não circulantes. **3.13 Recettas e despesas financeiras:** Recettas financeiras compreendem, basicamente, os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem, basicamente, os juros sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.14 Benefícios a empregados:** Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem as remunerações fixas (salários, INSS, FGTS, férias, 13º salário, entre outros) e remuneração variável, como bônus. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos. **3.15 Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é ou contém um arrendamento se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **(I) Como arrendatária:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual. A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a ser incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde o início até o fim do prazo de vida útil do ativo, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remunerações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas. Geralmente, a Companhia e suas controladas usam sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas controladas alterarem sua avaliação sobre se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **3.16 Impostos de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente à R\$ 240 (base anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto diferido é o imposto a ser pago sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para o exercício de 2020, não foram apurados tais tributos a pagar. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseados na avaliação de diversos fatores, incluindo a interpretação das leis fiscais. Essa avaliação é fundamentada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Se novas informações forem disponíveis e levarem a alterar a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais corretos, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração. **3.17 Tributos sobre prestações de serviços:** Alíquotas para contribuição do PIS e da COFINS são 1,65% e 7,60%, respectivamente (regime não cumulativo), reduzidos de créditos apurados pelos mesmos percentuais dos impostos sobre valores de determinados custos e despesas, diretamente atribuíveis à operação. As recettas de prestação de serviço são também tributadas pelo ICMS por alíquotas que variam entre 2% e 5%. **3.18 Normas e interpretações aplicáveis:** A série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **a. Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (IAS 37 alterações ao CPC 25):** As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. O Grupo determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor. **b. Outras Normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: - Alteração na norma IAS 16 CPC 27 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022; - Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 3 CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 6 CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16 CPC 06, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41 CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022; - Alteração na norma IFRS 3 CPC 15 - inclui alinhamentos conceituais com a estrutura conceitual das IFRS, efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022; - Alteração na norma IAS 8 CPC 23 - altera a definição de estimativa contábil, que passa a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; - Alteração na norma IAS 12 CPC 32 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; - Alteração na norma IFRS 17 CPC 50 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; - Alteração na norma IFRS 4 CPC 11 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 CPC 48 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 CPC 48 para seguradoras, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e - Alteração na norma IAS 1 CPC 26 - Classificação de passivos como Circulante ou Não circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. **4 Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas:** Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas, prospectivamente, no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **(I) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Notas Explicativas nºs 13 e 19 - Imobilizado (Arrendamentos) - Definição do período de arrendamento. **(II) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 1.1 - Combinação de negócios - Aquisição de controlada. • Nota Explicativa nº 13 - Imobilizado - Determinação da vida útil para depreciação do ativo imobilizado. • Nota Explicativa nº 14 - Intangível - Determinação da vida útil para amortização dos softwares e projetos. • Nota Explicativa nº 21 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. • Nota Explicativa nº 27 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo, isso inclui a avaliação e responsabilização geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros.

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Participação em controladas (a)	78.763	66.891
(a) O saldo inclui o total de R\$ 5.240 referente a mais-valia na operação de combinação de negócios e ativo reconhecido na combinação de negócios (R\$ 5.763 em 2020), e no balanço consolidado foi reclassificado para a linha de intangível.		

	Via Nova		Via Nova	
	Autopass S.A.	Serviços Ltda.	Autopass S.A.	Serviços Ltda.
Capital social (R\$)	53.245	840	24.945	840
Quantidade de ações:	53.297.746	8.400	24.943.000	8.400
Ações ordinárias	53.297.746	8.400	24.943.000	8.400
Participação	100%	100%	100%	100%
Total do ativo das controladas	316.090	9.879	254.192	4.655
Total do passivo das controladas	247.764	4.682	195.112	2.698
Patrimônio líquido de investidas em	68.326	5.197	59.080	1.955
Lucro (Prejuízo) de controlada no exercício	(19.054)	3.193	2.955	924
Valor do investimento	68.326	10.437	59.080	1.955
	Via Nova		Total	
	Autopass S.A.	Serviços Ltda.	Investimentos	
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2019	56.119	—	56.119	—
Aquisição de controlada	—	6.800	6.800	—
Equivalência patrimonial	2.955	1.016	3.971	—
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2020	59.074	7.816	66.890	—
Adição	—	28.300	28.300	—
Equivalência patrimonial	(19.054)	3.193	(15.861)	—
Outros	—	(572)	(572)	—
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2021	68.326	10.437	78.763	—

Descrição	Saldo em 31/12/2020		Adições	Baixas		Saldo em 31/12/2021	
	Custo	Líquido		Custo	Líquido	Custo	Líquido
Móveis e utensílios	—	916	—	(1)	915	—	916
Instalações	849	466	32.701	(37)	849	—	849
Máquinas e equipamentos	454	(466)	—	—	56	—	454
Equipamentos de informática	7.050	322	(451)	63.118	3.921	—	4.502
Benefetórias em bens de terceiros	432	—	34	466	460	—	730
Veículos	64	—	—	64	—	—	64
Ferramentas	—	—	—	—	1	—	(1)
Direito de uso de arrendamentos (imóveis)	5.287	4.150	(5.287)	4.150	9.851	—	5.287
Direito de uso de arrendamentos (máquinas e equipamentos)	7.824	12.897	—	20.721	24.062	—	7.824
	22.876	50.070	(5.742)	67.204	44.312	308	22.876
	Consolidado			Consolidado			Consolidado

Descrição	Saldo em 31/12/2020		Adições	Baixas		Saldo em 31/12/2021	
	Custo	Líquido		Custo	Líquido	Custo	Líquido
Móveis e utensílios	—	(495)	(71)	—	(566)	(23)	(495)
Instalações	—	(466)	(89)	—	(555)	(378)	(466)
Máquinas e equipamentos	—	(259)	(1.141)	—	(1.400)	(237)	(467)
Equipamentos de informática	—	(4.219)	(563)	—	(4.782)	(3.229)	(4.219)
Benefetórias em bens de terceiros	—	(246)	(102)	—	(348)	(155)	(246)
Veículos	—	(64)	—	—	(64)	—	(64)
Direito de uso de arrendamentos (imóveis)	—	(2.490)	(827)	—	(3.317)	(985)	(2.490)
Direito de uso de arrendamentos (máquinas e equipamentos)	—	(6.149)	(6.239)	—	(12.388)	(3.743)	(6.149)
	—	(14.388)	(9.032)	—	(23.420)	(7.968)	(14.388)

14 Intangível: A Companhia não possui ativo intangível, portanto os saldos apresentados a seguir referem-se às suas controladas.

Descrição	Consolidado		Consolidado	
	Amortizado	Líquido	Amortizado	Líquido
Licença de uso de software	9.497	(6.214)	3.283	16.534
Softwares desenvolvidos internamente (a)	101.582	(3.327)	98.255	72.439
Mais-valia - Softwares	377	(156)	221	377
Mais-valia - Marca	1.250	(75)	1.175	1.250
Mais-valia - Carteira de clientes	2.596	(260)	2.336	2.596
Mais-valia - Acordo Non-Compete	162	(32)	130	162
Via Nova	1.378	—	1.378	1.378
	116.842	(10.064)	106.778	94.736

(a) Os principais softwares desenvolvidos internamente referem-se ao projeto QRCode, destinado ao desenvolvimento da leitura do QRCode nas bilheterias, projeto TOP, cartão múltiplo, dotado de tecnologias que possibilita sua utilização no sistema de bilhetagem e ao mesmo tempo com as funcionalidades de débito e crédito, possibilitando aos usuários inclusão a serviços financeiros e o 411 (antigo 822) destinado ao desenvolvimento de software de integração do sistema de bilhetagem. O projeto QR Code foi lançado em abril de 2021 e com isso cessamos as capitalizações e iniciamos as amortizações com base na vigência do contrato (20 anos) firmado com a Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo (ABASP) para implantar, operar, manter e ampliar a Bilhetagem Eletrônica. O projeto TOP, foi lançado em novembro de 2021 e faz parte do contrato com a ABASP, logo as amortizações seguem o mesmo critério do projeto QR Code. O projeto 411 (antigo 822), está em fase de desenvolvimento com previsão de conclusão para o final do ano de 2022.

Descrição	Consolidado		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2019
Licença de uso de software	16.534	719	(7.756)	15.130
Softwares desenvolvidos internamente (a)	72.439	31.068	(1.925)	29.137
Mais-valia - Softwares	377	—	377	377
Mais-valia - Marca	1.250	—	1.250	1.250
Mais-valia - Carteira de clientes	2.596	—	2.596	2.596
Mais-valia - Acordo Non-Compete	162	—	162	162
Agio na aquisição da controlada	—	—	—	—
Via Nova	1.378	—	1.378	1.378
	94.736	31.787	(9.681)	44.267

Descrição	Consolidado		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2019
Amortização de licença de uso de software (a)	(10.783)	(1.631)	6.200	(6.214)

continuação Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mondopass S.A. (Em milhares de Reais)

18.2 Garantias: As garantias do empréstimo são: garantia real, com garantia adicional fidejussória e *cash collateral* no montante de R\$ 33.872. **18.3 Covenants Financeiros:** A Companhia está sujeita a razão entre a Dívida Financeira Líquida e EBITDA inferior a 2,0 (dois inteiros) o qual deverá ser anualmente calculado pela emissora ao término de cada exercício social. Em 31 de dezembro de 2021, foi feita a primeira apuração referente a este exercício social e a Companhia apresenta índice de alavancagem bem abaixo do limite máximo em virtude do excesso de caixa. Portanto, está *on Compliance*.

19 Arrendamentos a pagar: A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro a seguir, referente à controlada Autopass:

Descrição	Consolidado		
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo em 31.12.2019	9.480	23.111	32.591
Atualizações Contratuais	687	-	687
Remensuração contrato por alterações de cláusulas	-	(557)	(557)
Correção de erro na mensuração de contratos de arrendamento	(5.438)	(17.679)	(23.117)
Juros apropriados no exercício (Resultado)	190	190	380
Baixa por pagamento	(1.171)	(2.911)	(4.082)
Descontos financeiros Covid-19	(351)	(415)	(766)
Saldo em 31.12.2020	3.397	1.739	5.136
Adições (a)	4.150	12.897	17.047
Baixas	(3.397)	-	(3.397)
Juros apropriados no exercício (Resultado)	222	742	964
Baixa por pagamento	(609)	(5.589)	(6.198)
Saldo em 31.12.2021	3.763	9.789	13.552

(a) As parcelas a pagar dos novos contratos estão a valor presente com a aplicação da taxa de desconto de 12,9% (CDI anual mais GIRO de capital próprio). A análise de maturidade dos contratos, prestações não descontadas e conciliadas com os saldos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 é conforme segue:

Maturidade dos contratos	Consolidado		
	Valor nominal	Juros embutidos	Total
Vencimento das prestações			
2022	6.605	(706)	5.899
2023	5.124	(357)	4.767
2024	2.165	(123)	2.042
2025	863	(19)	844
Saldo do passivo de	14.757	(1.205)	13.552

20 Adiantamento de clientes	Consolidado	
	2021	2020
Adiantamentos recebidos Mastercard (a)	20.821	-
Adiantamentos recebidos ABASP (bilhetagem)	426	-
Total	21.247	-
Circulante	2.608	-
Não circulante	18.640	-

(a) A Companhia desenvolveu o projeto TOP em parceria com a Pefisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento. A Parceria entre Autopass e Pefisa consiste na combinação de esforços para a divulgação e comercialização de produtos e serviços da Pefisa para a base de clientes da Autopass. Para isso foi emitido o cartão múltiplo chamado "TOP". Esse cartão é dotado de características e tecnologias que possibilita sua utilização ininterrupta no sistema de bilhetagem gerido pela Autopass e de serviços financeiros e de pagamentos amparados pela Pefisa. Para esse cartão atender a oferta de serviços financeiros, fez-se necessário a utilização de uma Bandeira. Logo a Autopass fechou o contrato com a Mastercard para atender essa obrigatoriedade da operação. A Bandeira Mastercard fatura e remunera a Autopass sob o volume transacionado de compras e oferece outros incentivos por essa parceria. Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia recebeu R\$ 21.600 de incentivos da Mastercard, dos quais estão reconhecidos no resultado R\$ 779, na linha de outras receitas e despesas operacionais, de acordo com a vigência do contrato de 10 anos. **21 Provisão para demandas judiciais:** A Companhia, através da controlada Autopass, é parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada. Em 2021, as provisões para contingências prováveis estavam reconhecidas no montante de R\$ 2.967 (R\$ 2.280 em 2020). A Companhia não apresenta depósitos judiciais relacionados aos referidos processos judiciais. A composição da provisão para contingências encontra-se detalhada abaixo:

	Consolidado			
	2020	Adições	Reversões	2021
Fiscal (a)	887	1.121	(435)	1.573
Trabalhista	221	6	(221)	6
Cível (b)	1.172	866	(650)	1.388
	2.280	1.993	(1.306)	2.967

(a) Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou a provisão de R\$ 1.109 referente ao risco tributário de recolhimento de ISS aos municípios de origem das emissões de segunda via do cartão BOM.

(b) Em 31 de dezembro de 2021, do montante de R\$ 1.388 como provisão, R\$ 1.353 corresponde ao litígio entre Autopass e Banco BMG S.A. oriundo da frustração de uma parceria comercial entre elas para a comercialização de cartões inteligentes de transporte com função bancária integrada. A Companhia possui 5 processos de natureza trabalhista com risco possível cujos pedidos somam o valor de R\$ 1.070 (R\$ 1.000 em 2020), sendo que oitenta e cinco por cento deste valor decorre de duas reclamações trabalhista nas quais a Companhia figura como responsável subsidiária. **22 Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em dezembro de 2021 a Companhia recebeu aporte de capital de seu acionista Mondo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia de R\$ 29.600, com a emissão de 39.800.995,108 ações ordinárias e nominativas. Portanto, em 31 de dezembro de 2021 o capital social é R\$ 37.037 (R\$ 7.437 em 2020), composto de 49.800.995,129 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal (10.000.000 em 2020), integralmente detidas pela Mondo Fundo. **b. Reserva legal:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem registrado na rubrica "Reserva legal" o valor de R\$ 1.500 (R\$ 1.500 em 2020). **c. Dividendos e juros sobre capital próprio:** De acordo com o Estatuto Social, cabe à Assembleia Geral destinar o resultado apurado, líquido das constituições, sem a obrigatoriedade de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, de reservas exigidas por lei. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os valores registrados em dividendos a pagar eram de R\$ 8.656 e R\$ 9.572, respectivamente. O saldo a pagar de R\$ 8.656, corresponde aos dividendos declarados em 2019, visto que em 2020 foi declarado R\$ 0 e em 2021 a Companhia apresentou prejuízo. **d. Reserva de lucros:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem registrado na rubrica "Reservas de

lucros" R\$ 29.426 (R\$ 46.837 em 2020). **e. Reserva de lucros não realizados:** A reserva de lucros não realizados é constituída com o intuito de segregar do resultado do exercício itens que não tiveram efeito em caixa para que estes não integrem a base de reserva de lucros e de distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou como reserva de lucros não realizados o ganho na operação de permuta com bens do ativo imobilizado (vide Nota Explicativa nº 12). O valor declarado em 2021 e 2020 é R\$ 2.213.

23 Instrumentos financeiros: Valor justo: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo:

	Consolidado				Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	31/12/2021		31/12/2020			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	100.355	100.355	74.941	74.941	Nível II	Custo amortizado (i)
Aplicações financeiras	13.399	13.399	17.349	17.349	Nível I	meio de resultado (i)
Caixa restrito	33.872	33.872	36.000	36.000	Nível II	Custo amortizado (i)
Contas a receber	13.185	13.185	11.058	11.058	Nível II	Custo amortizado (i)
Passivos financeiros						
Fornecedores	49.657	49.657	23.476	23.476	Nível II	Custo amortizado (i)
Bilhetagem eletrônica	61.757	61.757	32.397	32.397	Nível II	
Passivo de Arrendamento	13.552	13.552	5.136	5.136	Nível II	Custo amortizado (i)
Empréstimos e financiamentos	93.204	101.842	112.829	112.829	Nível II	Custo amortizado (i)
Outras contas a pagar	495	495	3.421	3.421	Nível II	

(i) Para esses instrumentos financeiros, o Grupo acredita que o custo amortizado se aproxima do valor justo e, portanto, nenhuma outra consideração foi tomada pela Administração. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível I e nível II, nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial são referentes aos saldos de caixa e equivalentes, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, assim como fornecedores, Bilhetagem eletrônica, outras contas a pagar e empréstimos, financiamentos e debêntures não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2021. **Hierarquia de valor justo:** Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: **• Nível 1 - Preços cotados (não ajustados)** em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **• Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1** que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **• Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).** **Apuração do valor justo • Nível 2 -** Assim, saldos de aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas foram registrados com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo. Para os níveis 1 e 3, o Grupo não possuía nenhuma operação a ser classificada. **a. Fatores de risco que podem afetar os negócios:** A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: **• Risco de liquidez (i); • Risco de mercado (ii); • Risco de crédito (iii). (ii) Risco de liquidez:** O Grupo gerencia o risco de liquidez efetuando uma Administração baseada em fluxo de caixa, buscando melhorar o grau de alavancagem financeira. O Grupo monitora os ativos e passivos para mitigar os riscos de eventuais descasamentos. O quadro abaixo resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da empresa em 31 de dezembro de 2021, conforme fluxo financeiro contratual.

	Consolidado				
	Até 1 ano	1 a 2	3 a 5	>5	Total
Bilhetagem eletrônica	61.865	-	-	-	61.865
Fornecedores	38.543	11.114	-	-	49.657
Empréstimos e financiamentos	23.980	47.468	21.756	-	93.204
Passivo de arrendamento	5.899	4.768	2.885	-	13.552

(iii) **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, afetarem os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de taxa de juros:** O Grupo obtém empréstimo e financiamento com instituições financeiras e está exposto a taxas de juros. O saldo de caixa e equivalentes de caixa são indexados pela CDI neutralizando parcialmente o risco de taxa de juros. (iii) **Risco de crédito:** O Grupo restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com alta remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, o Grupo possui uma base reduzida de clientes, os quais também atuam como fornecedores, e, em função disso, reduz a sua exposição a riscos de crédito, bem como o Grupo realiza de forma contínua análises de crédito. O valor contábil dos ativos financeiros à exposição máxima ao risco de crédito é apresentado a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	100.355	74.941
Aplicações financeiras	13.399	17.349
Caixa restrito	33.872	36.000
Contas a receber	13.185	11.058

Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros • Análise de sensibilidade das aplicações financeiras - Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras, as quais a Companhia estava exposta, na data-base 07 de janeiro de 2022, foi extraída a projeção do indexador Meta Taxa Selic e, assim definindo-o como cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário, foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração a incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021 projetando para um ano e verificando a sensibilidade da Selic com cada cenário. • Análise de sensibilidade dos empréstimos financeiros - Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos empréstimos financeiros, as quais a Companhia estava exposta, na data-base 07 de janeiro de 2022, foi extraída a projeção do indexador Meta Taxa Selic e, assim definindo-o como cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário, foi calculada os juros para o período de um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021 projetando para um ano e verificando a sensibilidade da Selic com cada cenário.

Projeção Receita Financeira - um ano							
Indexador	Posição em 31/12/2021	Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento		
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	88.794	11,75%	8,81%	14,69%	17,63%	
			10,433	5,217	7,825	15,650	
Projeção Receita Financeira - um ano							
Indexador	Posição em 31/12/2021	Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento		
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
Aplicações financeiras	Selic	13.399	11,75%	8,81%	14,69%	17,63%	
			1,574	787	1,181	1,968	
Projeção Empréstimo Financeiro - um ano							
Indexador	Posição em 31/12/2021	Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento		
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
Empréstimo Financeiro (Debêntures)	CDI	99.193	11,75%	8,81%	14,69%	17,63%	
			13,156	9,226	15,152	17,037	

Diretoria	Contadora
Rodney Sarracino de Freitas - Diretor Presidente	Genilda Barbosa Sousa - Gerente Contábil e Fiscal - CRC SP-279051/O-5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos conselheiros e aos diretores da Mondopass S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mondopass S.A. ("Mondopass", "Companhia" ou "Grupo"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Mondopass S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Contrato Consórcio Metropolitan de Transportes (CMT):** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, as operações da Companhia são reflexo substancial do Contrato de Prestação de Serviços, Locação de Equipamentos e Outras Avenças firmados com o CMT em 27 de outubro de 2015 (com aditivo firmado em 2 de janeiro de 2018), com prazo de vigência indeterminado. As operações da Companhia dependem da manutenção desse contrato. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas

contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Avaliamos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas

• Gestão de risco de capital - Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de pontos de vendas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão. A estrutura de capital do Grupo consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

24 Receitas:	Consolidado	
	2021	2020
Taxa credenciamento	(a) 49.609	48.394
Gestão de vendas	(b) 60.756	50.095
Taxa de administração municipal	(c) 5.850	5.366
Rede de vendas	(d) 9.054	8.055
Taxa de emissão 2ª via	(e) 5.902	3.203
Vendas Web aos usuários	(f) 195	171
Entrega em domicílio	(g) 552	397
Outras receitas		13.872
		145.790
		119.936

(-) Deduções da receita - tributos

Receita líquida

(a) Prestação de serviços cobrados das empresas que comercializam o crédito vale-transporte e vendas diretas a empregadores; (b) Taxa de administração e gerenciamento de vendas de créditos eletrônicos às empresas intermunicipais; (c) Taxa de administração cobrada das empresas de transportes às empresas municipais; (d) Receita oriunda do credenciamento junto à SPTRANS; (e) Prestação de serviços cobrados na emissão da 2ª via dos cartões eletrônicos; (f) Taxa de conveniência pela venda de créditos de bilhetagem via internet; (g) Tarifa na entrega do cartão domiciliar.

25 Informações sobre a natureza das despesas (custos e despesas): A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação de custos e despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas, reconhecidos na demonstração do resultado, são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas de serviços especializados (a)	-	-	(74.433)	(50.897)
Despesas administrativas (b)	(1.258)	(964)	(15.044)	(32.741)
Despesas com pessoal	-	(24)	(11.012)	(14.514)
Benefícios com funcionários	-	(9)	(6.427)	-
Despesas com publicidade e propaganda	(157)	-	(11.327)	(3.351)
Amortização de Direito de Uso - Arrendamento mercantil	-	-	(5.379)	(758)
Depreciação e amortização	-	-	(5.431)	(3.146)
Custos com expansão e operação (c)	-	-	(4.483)	(47)
			(1.415)	(997)
			(133.536)	(105.454)
Custo dos serviços prestados	-	-	(88.693)	(50.500)
Gerais e administrativas	(1.258)	(988)	(33.516)	(51.605)
Vendas e marketing	(157)	(9)	(11.327)	(3.349)
			(1.415)	(997)
			(133.536)	(105.454)

(a) Refere-se a preponderantemente manutenção de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação. (b) Refere-se a despesas com itens administrativos, despesas condominiais, serviços de consultoria administrativa e financeiras. (c) Refere-se a custos com emissão e entrega de cartões, com transporte de valores e custos para manutenção e reparo nos Terminais de Atendimento.

26 Resultado financeiro:	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas de aplicações financeiras	-	1	3.366	788
Outras receitas financeiras (a)	-	-	1.252	3.330
			1.252	4.118
Encargos bancários	(1)	-	(652)	(285)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(8.885)	-
Custos de captação de empréstimos	-	-	(1.529)	-
Despesa com juros de arrendamento	-	-	(964)	(380)
Outras despesas financeiras	(66)	(1)	(2.411)	(825)
	(67)	(1)	(14.441)	(1.490)
			(67)	(9.823)
			2.628	2.628

Resultado financeiro

(a) Descontos obtidos na compra de benefícios no montante de R\$ 1.105. **27 Imposto de renda e contribuição social:** A reconciliação da despesa de imposto de renda e a contribuição social são como segue: **a. Apuração pelo lucro real:**

	Controladora	
--	--------------	--